

HASPELMATH, M. A singularidade estrutural das línguas e o valor da comparação para descrição de línguas. Tradução de Vitor Fernandes e revisão de Sara Luiza Hoff. *ReVEL*, v. 22, n. 42, 2024. [www.revel.inf.br].

A singularidade estrutural das línguas e o valor da comparação para descrição de línguas¹

The structural uniqueness of languages and the value of comparison for language description

Martin Haspelmath²

martin_haspelmath@eva.mpg.de

RESUMO: Este artigo demonstra porque não é contraditório dizer que cada língua é estruturalmente única e deve ser descrita com suas próprias categorias, mas que a descrição de línguas se beneficia imensamente do conhecimento tipológico. Não é rara a sugestão de que o imperativo boasiano (“cada língua deve ser descrita em seus próprios termos”) propicia análises pouco esclarecedoras, e de que a descrição de línguas deveria, em vez disso, ser “informada tipologicamente”. Mas o imperativo boasiano não é de maneira alguma incompatível com uma conexão íntima entre descrição e comparação: o conhecimento comparativo (ou tipológico) é muito valioso tanto para deixar nossas descrições transparentes e compreensíveis, como para ajudar os descritores a postular inúmeras perguntas que lhes seriam impossíveis de outra maneira. Como não sabemos se algum dos elementos fundamentais das línguas é inato e universal, por esse motivo, não podemos depender de quadros gerais (do tipo gerativo) em nossas descrições, mas podemos usar questionários tipológicos e outros tipos de informações comparativas como estruturas de apoio. Essas estruturas de apoio não são componentes teóricos da descrição, mas são importantes ferramentas metodológicas.

PALAVRAS-CHAVE: descrição de línguas; tipologia linguística; gramática comparativa; metodologia da linguística.

ABSTRACT: This paper shows why it is not a contradiction to say that each language is structurally unique and must be described with its own categories, but language description profits enormously from typological knowledge. It has sometimes been suggested that the Boasian imperative (“each language should be described in its own terms”) leads to un insightful analyses, and that language description should instead be “typologically informed”. But the Boasian imperative is not at all incompatible with an intimate connection between description and comparison: Comparative (or typological) knowledge is highly valuable both for making our descriptions transparent and comprehensible, and for helping describers to ask a wide range of questions that would not have occurred to them otherwise. Since we do not know whether any of the building blocks of languages are innate and universal for this reason, we cannot rely on general frameworks (of the generative type) for our descriptions, but we can use typological questionnaires and other kinds of comparative

¹ Texto originalmente publicado no periódico *Asian Languages and Linguistics*, v. 1, n. 2, p. 346-366, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/alal.20032.has>. Agradecemos ao autor pela permissão para tradução do texto.

² Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva | Universidade de Leipzig.

information as a scaffold. Such scaffolds are not theoretical components of the description, but are important methodological tools.

KEYWORDS: language description; linguistic typology; comparative grammar; methodology of linguistics.

1. As línguas são comparáveis, mas estruturalmente diferentes

As línguas são diferentes e semelhantes de maneiras confusas. Este artigo tem o objetivo de esclarecer um equívoco generalizado: de que as semelhanças evidentes entre as línguas, que são agora universalmente reconhecidas e enfatizadas, *necessariamente refletem semelhanças em suas estruturas gramaticais e lexicais*. As línguas podem ser semelhantes mesmo quando são estruturalmente diferentes, e isso implica consequências para a prática de sua descrição.

Claramente, diferentes línguas são comensuráveis na medida em que a tradução de uma língua para outra não é apenas possível, mas nem sequer é particularmente difícil em diversos casos. Portanto, seria um exagero dizer que uma língua representa um mundo conceitual próprio impenetrável a estrangeiros, a menos que esses aprendam tal língua de maneira tão aprofundada quanto os falantes nativos. É graças a esse aspecto que temos a possibilidade de conhecer outras culturas e comparar línguas e culturas com sucesso. O subcampo da linguística comparada é próspero, e trabalhos como o *WALS – World Atlas of Language Structures* (Haspelmath *et al.* 2005) são geralmente considerados bem-sucedidos e interessantes, assim como antropólogos há tempo comparam uma grande variedade de culturas do mundo todo (por exemplo, Boas 1896; Ember; Ember, 1998; Candea 2018; Slingerland *et al.* 2020).

Entretanto, por outro lado, a tradução não é trivial, já que as línguas diferem não apenas nas formas de suas palavras e morfologias, mas também em suas estruturas sintáticas e semânticas³. A tradução seria trivial se cada palavra tivesse uma correspondência semântica exata na outra língua e se as línguas tivessem construções gramaticais totalmente equivalentes. Em vários casos simples, esse realmente parece ser o caso. Por exemplo, não parece haver problemas perceptíveis

³ Sobre os problemas da tradução, ver a recente perspectiva antropológica em Hanks e Severi (2014).

na tradução da frase em inglês (1) para o mandarim, russo e hebraico, como podemos ver em (2a–c).

(1) *Kim ate three apples yesterday.* [Kim comeu três maçãs ontem]

(2) a. Mandarim

老金昨天吃了三个苹果.

Lao-Jīn zuótiān chī-le sān-gè píngguǒ.

Kim yesterday eat-PFV three-CLF apple

b. Russo

Ким вчера съела три яблока.

Kim včera s-”e-l-a tri jablok-a

Kim yesterday PFV-eat-PST-F.SG three.ACC apple-SG.GEN

c. Hebraico

. סי'חזפה השולש לומחא לכא סי'ק

tapuḥ-im shlosh-a etmol axal Kim

apple-PL three-M yesterday ate.3SG Kim⁴

Uma análise superficial de casos tão simples poderia nos levar a concluir que, de maneira geral, nossas línguas possuem meios equivalentes de expressar nossos pensamentos e que aprender outra língua se resume a aprender as palavras e, adicionalmente, algumas regras sem propósito, como regras de ordem de palavras (por exemplo, que a palavra *yesterday* [ontem] normalmente segue o sujeito em mandarim, e pode ocorrer entre o verbo e o objeto em hebraico), além de regras idiossincráticas de inflexão (por exemplo, que o sufixo plural hebraico em *tapuḥ-im* (*apple*) [maçã] é *-im*, não *-ot*, como em várias outras palavras).

Entretanto, há tempo os linguistas têm consciência de que essa visão é demasiado simples. Diferentes línguas geralmente usam diferentes estruturas ou elementos fundamentais para apresentar ideias equivalentes. Esse fenômeno vai além de eliminar ou adicionar elementos obrigatórios, como eliminar o marcador de plural em mandarim; adicionar o marcador de gênero ao verbo em russo e ao numeral em hebraico; e adicionar o classificador *-ge* em mandarim.

⁴ N. do T.: As siglas que acompanham os termos correspondem a: PFV – perfectivo; CLF – classificador; PST – pretérito; F – feminino; SG – singular; ACC – acusativo; GEN – genitivo; PL – plural; M – masculino; 3 – 3^a pessoa.

Diferentes línguas apresentam diferentes sistemas de aspectos de tempo verbal (como ilustrado pelos marcadores de perfectivo em russo e mandarim) e diferentes sistemas de casos (como ilustrado pelo surpreendente caso genitivo no russo *jablok-a* (*apple*) [maçã]), e usam seus marcadores plurais de maneira diferente (como também ilustrado pela forma singular *jablok-a* usada após o numeral *tri*). Diferentes línguas apresentam sistemas determinantes diferentes (o inglês e o hebraico poderiam facilmente adicionar um artigo definido ao objeto: *the apples*, *ha-tapuħim*, mas o russo, não), diferentes níveis de relevância das informações classificatórias para os modificadores (comparar o numeral masculino hebraico *shlosh-a*, enquanto o russo não tem contraste de gênero com *tri* (*three*) [três] e o mandarim requer o classificador) e diferentes maneiras de formar orações causativas: em inglês, pode-se dizer que *Lee made Kim eat three apples yesterday* [Lee fez Kim comer três maçãs ontem], mas a correspondência dessa frase seria bastante diferente nas outras línguas.

Portanto, não há correspondência direta no mapeamento de estruturas morfossintáticas entre línguas, e isso também se aplica a sistemas fonológicos e sistemas semânticos. Mesmo com verbos simples como *eat* [comer], essa constatação pode ser ilustrada pelo contraste entre o inglês e o alemão. O verbo alemão *essen* é, de maneira geral, uma boa tradução para o inglês *eat*, mas não pode ser usado para animais (quando um cachorro come uma maçã, essa ideia é expressa por outro verbo, *fressen*). As diferenças entre as línguas, no tocante aos significados gramaticais, atraem cada vez mais a atenção de semanticistas, o que é ilustrado, por exemplo, pelos trabalhos de Plungian (2011) e Bochnak e Matthewson (2015).

Há muito são conhecidas as diferenças estruturais entre as línguas, que foram particularmente enfatizadas na primeira metade do século XX, quando linguistas demonstravam crescente interesse pelas estruturas linguísticas em si (e não apenas como reflexo de histórias interessantes). Lyons (1968: 55) discutiu diferenças semânticas e usou como exemplo termos de parentesco em russo e em inglês, observando que enquanto o inglês tem as duas palavras *brother-in-law* [cunhado] e *son-in-law* [genro], o russo apresenta as quatro palavras distintas *zjat'* (marido da irmã ou da filha), *ħurin* (irmão da esposa), *svojak* (marido da irmã da esposa) e *dever'* (irmão do marido). Lyons apontou que a ausência de uma correspondência perfeita não significa que o termo *brother-in-law*, no inglês, tenha vários significados

distintos (é polissêmico), ou então que o termo russo *zjat'* seja polissêmico. Ambos simplesmente têm significados distintos que não podem ser diretamente mapeados entre as línguas:

Cada língua tem sua própria estrutura semântica. Na medida em que os significados de uma língua podem ser colocados em correspondência direta com os significados de outra, podemos afirmar que as duas línguas são semanticamente isomórficas (têm a mesma estrutura semântica). O grau de isomorfismo semântico entre diferentes línguas varia consideravelmente (Lyons 1968: 55).

Essa visão é frequentemente associada ao “estruturalismo” (como às vezes é chamada a abordagem dominante dos linguistas cujo trabalho é anterior à década de 1970), mas nunca foi controversa.⁵ Esse posicionamento não foi ressaltado pelos linguistas no século XIX e esteve em plano de fundo desde a década de 1970, mas não foram feitas afirmações de que há algo de errado com a visão geral de que línguas são estruturalmente diferentes. (Para declarações significativamente claras sobre a singularidade estrutural de fonemas, reafirmando as considerações de Trubetzkoy (1939), ver Lass (1984) e Simpson (1999). Neste artigo, concentro-me na morfossintaxe.)

Então é isso que quero dizer com *singularidade estrutural* das línguas: por mais que, em muitos casos simples, as línguas sejam bastante semelhantes, há também vários outros casos em que exibem estruturas fonológicas, morfossintáticas e semânticas que são diferentes de outras línguas. Portanto, não é possível afirmar que tudo em uma língua seja diferente de qualquer outra língua. Claramente, muitos significados são mapeados com muita precisão em muitos idiomas (por exemplo, os significados do inglês *three* [três], do russo *tri*, do mandarim *sān*, e assim por diante) e muitos fonemas são muito semelhantes em diferentes idiomas (por exemplo, mandarim /a/ e hebraico /a/; mas o inglês tem apenas /æ/ e /ʌ/, e o russo /a/ tem uma distribuição muito peculiar condicionada à tonicidade).

Portanto, tudo o que quero dizer com singularidade estrutural é que as línguas nem sempre são estruturalmente isomórficas (no sentido empregado por Lyons) e são, naturalmente, esses *não isomorfismos* que geraram a maioria das discussões no âmbito da linguística comparativa. Eles nos apresentam um desafio e, como apontei brevemente no início, poucos linguistas diriam que as diferenças estruturais

⁵ Ver também minha publicação de blog: *We are all structuralists* (<https://dlc.hypotheses.org/2356>).

implicam que línguas não são semelhantes e não podem ser comparadas. As línguas são obviamente semelhantes quando são isomórficas, mas é possível observar semelhanças mesmo na ausência de isomorfismos. Esse aspecto já foi ilustrado pelos termos de parentesco em russo, mencionados acima, que não apresentam uma diferença tão absoluta dos termos de parentesco em inglês a ponto de tornar a comparação impossível. Mas quais são as consequências disso para a descrição de línguas?

Na próxima seção, discutirei um pouco sobre a natureza da descrição de sistemas estruturalmente únicos. Veremos que a descrição não depende da comparação de uma perspectiva teórica, mas, nas seções subsequentes (3–5), demonstrarei como a informação comparativa pode ser muito valiosa para os métodos descritivos, de modo que é importante que as descrições sejam “informadas tipologicamente” (Himmelman 2016: 475).

2. Descrevendo as estruturas de uma língua em seus próprios termos

As estruturas de uma língua são descritas identificando as classes de elementos (classes de sons, de formas, de conceitos) necessárias para a formulação das regras combinatórias. Como todo linguista sabe, isso é feito por meio da determinação de contrastes no sistema específico da língua. Um conjunto de sons é agrupado sob um fonema (ou seja, um elemento estrutural) se não há contrastes internos ao conjunto, e um conjunto de conceitos é agrupado sob um significado se o único contraste se dá com outros significados no sistema. Por exemplo, em alemão, os fonemas /i/ e /ɪ/ formam um contraste (como na distinção entre *Miete* [mi:tə] e *Mitte* [mitə]), mas, em russo, os dois sons [i] e [ɪ] nunca formam um contraste. Em inglês, *brother* [irmão] e *sister* [irmã] contrastam por sexo (enquanto idade, profissão ou cor de cabelo são irrelevantes), enquanto em indonésio, *kakak*, irmão(ã) mais velho(a), e *adik*, irmão(ã) mais novo(a), contrastam por idade (enquanto sexo, profissão ou cor de cabelo são irrelevantes). Esse exemplo foi retirado de Evans (2011),

que oferece uma excelente visão geral de não isomorfismos semânticos interlinguísticos).⁶

Classes gramaticais, como substantivo e adjetivo, dativo e genitivo ou presente e futuro, são igualmente identificadas por critérios de distribuição internos do sistema. Novamente, nunca houve controvérsia sobre isso na linguística. Muitos livros didáticos de sintaxe apontam que, embora se aprenda na escola primária que substantivos são palavras que denotam pessoas, coisas e lugares, não é assim que linguistas os identificam (por exemplo, Tallerman, 1998: 30). Um Substantivo em inglês é uma palavra que pode ocorrer após o artigo definido *the* e, com ele, formar um nome completo; em inglês, uma construção no tempo Futuro apresenta um dos auxiliares *will*, *shall* ou *going to*. Os critérios semânticos normalmente chegam aos mesmos resultados, mas quando esse não é o caso, são os critérios internos do sistema que são decisivos. Por exemplo, em inglês, *war* [guerra] denota um evento e não uma coisa, mas podemos dizer *the war*, portanto, essa palavra configura um Substantivo em inglês. E a referência do tempo futuro às vezes pode ser obtida com uma construção diferente (por exemplo, *The restaurant opens at 19hoo tonight* [O restaurante abre às 19h hoje à noite]), mas essa não é uma construção que usa o tempo Futuro do inglês.

Se nos contentássemos em descrever uma língua em termos muito superficiais, poderíamos, em vez disso, usar uma abordagem abstrata grosseira. Poderíamos dizer, por exemplo, que, em mandarim, *-le* (2a) é uma espécie de marcador referencial de pretérito; que, em russo, *-a* é uma espécie de marcador de plural em *jablok-a*; e que, em inglês, *three* é um numeral inanimado em *three apples*. Essas descrições não estariam completamente erradas, e pode-se dizer que são úteis como aproximações primárias.

Mas os linguistas têm maiores ambições e querem descrever cada língua de modo abrangente e de uma maneira que faça justiça à língua, ou seja, que não a distorça por meio da aplicação de categorias inadequadas (como classes animadas de numerais em inglês, em que são imotivadas, visto que não há diferença entre *three dogs* [três cachorros] e *three apples* [três maçãs]). Pesquisadores de campo (e

⁶ Como destacado recentemente por LaPolla (2020), a ideia de que “cada língua manifesta um conjunto único de categorias cognitivas” remonta pelo menos a Wilhelm von Humboldt (LaPolla 2020: 148) e tem uma longa tradição na linguística comparada.

antropólogos em geral), especialmente, têm uma longa tradição de postura crítica quanto a descrições que impõem um ponto de vista pré-concebido sobre uma língua e cultura diferentes. Mithun (2001: 51) ressalta a importância de coletar textos naturais se quisermos “aprender sobre a língua em seus próprios termos”, e Epps (2011: 648) aponta que pesquisadores de campo devem “produzir descrições em formatos que permitam e facilitem a comparação entre línguas, mas que também se mantenham fiéis às línguas em si, sem forçá-las em categorias predeterminadas e inadequadas” (Gil, 2001; Haspelmath, 2007; 2010b). Desde Boas (1911), essa abordagem frequentemente é descrita pela máxima de que se deve “descrever uma língua em seus próprios termos”, ao que podemos chamar de “imperativo boasiano”. LaPolla e Poa (2006: 270) utilizam exatamente estes termos:

Cada língua é um conjunto único de convenções específicas do idioma e, portanto, cada língua deve ser descrita em seus próprios termos.

Partindo desse pressuposto, é possível que se interprete que a linguística comparativa não pode contribuir em nada na tarefa de descrever uma língua. Mas, é claro, isso é exatamente o oposto da experiência dos descritores nas últimas décadas, durante as quais testemunhamos melhoras marcantes nas descrições gramaticais; claramente como resultado de uma maior consciência dos amplos padrões interlinguísticos. Esse progresso na qualidade das gramáticas foi destacado por Dryer (2006), que atribuiu aos três “volumes de Shopen” uma contribuição substancial para esse desenvolvimento (ver Shopen (ed.) 1985; 2007).

Assim sendo, descrever uma língua em seus próprios termos não pode significar que os descritores devem ignorar as contribuições da linguística comparativa e das ideias teóricas gerais (ver seções 3–4 abaixo). Significa que as categorias escolhidas para descrição não são *determinadas* pelos tipologistas ou pelos teóricos gerais. Se uma tipologia geral me informa que a maioria das línguas tem um sistema simples de cinco vogais e que o contraste entre vogais altas (como /i/ e /ɪ/) é incomum, posso ser incentivado a observar com mais cuidado o sistema de vogais do alemão. Mas, no fim das contas, são os contrastes internos da língua, como *Miete/Mitte*, que determinam a análise, e não as ideias gerais sobre sistemas de vogais, afirmações sobre sistemas de características universais, e assim por diante. Do mesmo modo, se uma teoria tipológica me informa que “substantivos prototípicos” devem denotar objetos (Croft, 1991), posso ser incentivado a examinar

com mais cuidado se *war*, do inglês, pode ocorrer com um artigo definido; mas, uma vez que isso for confirmado, será o critério específico do inglês que determinará a análise dessa língua. E se uma teoria geral da sonoridade indica que consoantes fricativas não devem compartilhar padrões com consoantes líquidas, mas, sim, com plosivas, ela não contradiz a observação de que, em russo, a fricativa labial vozeada /v/ se comporta como uma soante em relação à regra de assimilação regressiva de vozeamento específica do russo — logo, uma palavra como *svoboda*, liberdade, não é pronunciada como [zv-], mas [sv-] (Halle 195: 63). Bickel (2015, seção 2) expressa isso dizendo que nossas descrições não deveriam “forçar as línguas em leitos de Procusto”.

Novamente, não há nenhuma controvérsia significativa quanto a isso. Assim como os critérios morfossintáticos específicos de uma língua têm precedência sobre critérios semânticos na determinação de classes de palavras, eles também têm precedência sobre expectativas tipológicas. No entanto, há muitos linguistas (influenciados pela tradição chomskyana) que pensam que o imperativo boasiano não entra em conflito com uma ideia completamente diferente: a existência de um modelo gramatical inato que especifica um pequeno número de elementos fundamentais (não mais do que algumas centenas de características e categorias inatas) que compõem todas as línguas. O preceito dessa abordagem é que uma análise completa de uma (parte de uma) língua deve ser formulada nos termos desses elementos fundamentais inatos (também chamados de elementos de “gramática universal”; ver Baker, 2001, que compara esses elementos fundamentais hipotéticos com os elementos da química).⁷ Mas, por mais que muitos linguistas simpatizem com essa ideia geral e tentem fazer uso de um conjunto de elementos fundamentais inatos específicos, pouco se sabe ao certo sobre eles (Haspelmath, 2007). Não sabemos quais categorias de aspectos verbais são inatamente especificadas de modo a eliminar certos tipos de descrições do prefixo de aspecto Perfectivo *s-*, em russo, e do sufixo de aspecto Perfectivo *-le*, em chinês, em (2). Não sabemos o que é inatamente especificado sobre classificadores e marcadores de gênero de modo a restringir nossas descrições do marcador de gênero feminino *-a*, em russo, e do classificador

⁷ Ver também Davis *et al.* (2014) para uma declaração recente que tenta explicitamente reconciliar a abordagem boasiana e a abordagem chomskyana (ver também minha publicação de blog: *Marrying Boas and Chomsky*, <https://dlc.hypotheses.org/775>).

-ge, em chinês. E o mesmo se aplica a sistemas de fonemas, classes de palavras e todo o resto na gramática (assim como na semântica lexical). Assim sendo, na prática, não é possível (ainda?) descrever línguas usando um conjunto universal de elementos fundamentais inatos, e grande parte da investigação nessa tradição é bastante especulativa.⁸ Não existe, portanto, nenhuma alternativa prática coerente à descrição de uma língua em seus próprios termos, em oposição a conceitos pré-concebidos desenvolvidos para alguma outra língua.⁹ O imperativo boasiano não perdeu sua relevância no século XXI (ver também Muro (2015) sobre o “anisomorfismo” gramatical e a visão boasiana; e Epps et al. (2017) para uma perspectiva mais ampla).

Tendo visto a singularidade estrutural das línguas e a necessidade de critérios específicos à língua na identificação de suas categorias, voltemos às semelhanças entre as línguas e como elas podem nos ajudar a descrever línguas específicas, mesmo na ausência de um pequeno conjunto de elementos fundamentais inatos. Argumentarei que a comparação é valiosa para a descrição de duas maneiras: (i) para possibilitar que as descrições sejam transparentes (seção 3), e (ii) para ajudar descritores a fazerem um amplo número de perguntas potencialmente relevantes (seções 4–5).

3. A comparação é valiosa para a transparência

Em primeiro lugar, e mais obviamente, conhecer outras línguas ajuda os autores a descrever uma nova língua de maneira acessível e ajuda os leitores a compreender a descrição.

Cada língua tem suas próprias classes, no sentido de que essas são definidas de maneiras específicas a cada língua (como vimos na seção anterior), e a partir disso, podemos concluir que cada classe deve receber um nome idiossincrático distinto.

⁸ Talvez o mais próximo que os linguistas chegaram de propor um pequeno conjunto de elementos fundamentais inatos que realmente funcionam para descrição seja a proposta da Metalinguagem semântica natural de Goddard e Wierzbicka (2002). No entanto, essa proposta não ganhou popularidade, por razões que não compreendo bem. Acho que ela é muito mais prática do que a maioria das outras propostas de elementos fundamentais inatos.

⁹ Esse argumento é demonstrado de maneira proeminente pelo fato de que os trabalhos de pesquisa na tradição chomskyana baseados em elementos fundamentais inatos geralmente adotam a estratégia expositiva de descrever seus fenômenos duas vezes: primeiro em termos “neutros”, antes de adicionar uma “análise voltada à teoria” que descreve os mesmos fatos usando elementos inatos hipotéticos. Espera-se que a descrição voltada à teoria acabe, de alguma maneira, sendo a descrição “correta”, mas a primeira descrição (“neutra”) é a única descrição prática.

Essa abordagem foi por vezes adotada em meados do século XX (ver também Dryer 1997: 117), mas é notoriamente difícil compreender as gramáticas escritas de acordo com esse método. À época, também se pensava que apontamentos estereotipados nos moldes da matemática ou da lógica poderiam levar a um maior rigor científico dos resultados da pesquisa linguística, mas, no final da década de 1970, ficou claro para todos os descritores de línguas que suas descrições não deveriam apenas ser precisas e bem fundamentadas, mas também compreensíveis e transparentes.¹⁰

Por exemplo, se há duas construções com verbos de dois argumentos, uma das quais não possui marcação específica no nome de agente e no verbo, enquanto a outra construção possui um marcador no verbo e uma posposição oblíqua no nome de agente, então este último deve ser descrito com o conhecido rótulo “passivo” (se for usado com menos frequência do que o primeiro), já que pares de construção como esse são encontrados em diversas línguas e são frequentemente chamados de “ativos” e “passivos”. E se existem duas classes de substantivos que se comportam de maneira diferente em construções possessivas adnominais, e se a primeira classe contém substantivos como “mão”, “olho”, “nariz” e “cabelo”, enquanto a segunda inclui substantivos como “casa”, “jardim”, “bicicleta” e “dinheiro”, então não é útil chamá-las de “classe I” e “classe II”, visto que é difícil lembrar desses termos opacos. É muito melhor chamá-las de “inalienáveis” e “alienáveis”, já que classes semelhantes existem em muitas línguas e que os linguistas conhecem bem essa distinção.

Faz-se necessário apontar aqui que essa é uma consideração puramente prática, sem importância teórica. Se nosso objetivo teórico é meramente compreender o comportamento dos falantes de uma língua, os termos idiossincráticos são totalmente adequados para esse objetivo. E se nosso objetivo prático é meramente aprender uma língua (por exemplo, se um estudioso budista deseja aprender pali para ler os textos escritos nessa língua), igualmente não há problema algum. Pessoas que estudam apenas um único idioma não precisam da terminologia transparente da linguística comparada.

A dificuldade advinda da terminologia idiossincrática de uma língua específica deve-se inteiramente à natureza implicitamente comparativa da ocupação de muitos

¹⁰ Aikhenvald (2015: 6) enfatiza o valor da transparência na perspectiva da longevidade, “Uma gramática de referência deve sobreviver seu autor. Essa é a principal razão pela qual não deve ser feita de acordo com formalismos de linha do tempo passageiros...”.

linguistas, especialmente aqueles que descrevem línguas pequenas com pouco prestígio e nenhuma aplicação prática fora da comunidade que a fala. Documentadores linguísticos que seguem a tradição de Himmelmann (1998) e Gippert *et al.* (2006) adotam essa abordagem implicitamente comparativa; eles não são apenas trabalhadores da cultura que desejam preservar manifestações culturais específicas para a posteridade, mas, como diz Himmelmann (2016: 474),

Um dos propósitos da documentação linguística é servir como um conjunto primário de dados para investigação tipológica.

Para tais fins comparativos, seria contraproducente utilizar nomes idiossincráticos para as categorias de cada língua. Os descritores de línguas querem ser compreendidos por linguistas comparativos e também por linguistas que trabalham com outras línguas da região (dado que linguistas frequentemente se reúnem em conferências regionais, por exemplo, sobre línguas da América do Sul, línguas do Cáucaso ou línguas do Sudeste Asiático). E, claro, não é raro que os próprios descritores de línguas se envolvam em comparações.

Portanto, a solução geralmente adotada, e que se provou inteiramente adequada, é usar a terminologia familiar da linguística geral quando um significado gramatical, classe formal ou construção específica de uma língua é muito semelhante a significados/classes/construções em outras línguas que são geralmente conhecidos por um termo difundido. Por exemplo, não há nada de errado em usar o termo “feminino” (originalmente desenvolvido para o grego) para descrever também uma classe de gênero do russo que é semelhante à classe do grego, e não há problema em usar o termo “perfectivo” (originalmente desenvolvido para o russo) para descrever também *-le*, do mandarim, que apresenta semelhanças claras com a categoria correspondente do russo.

O uso de rótulos idênticos para fenômenos gramaticais semelhantes é particularmente expressivo em glosas interlineares, nas quais os linguistas normalmente usam rótulos gramaticais abreviados, como SG (singular), PST (pretérito), CLF (classificador), conforme ilustrado acima em (2a–c). Os autores das Regras de glosa de Leipzig¹¹ propuseram a padronização dessas abreviações, mas o mais importante é que elas são meramente representações padronizadas de rótulos e

¹¹ <https://www.eva.mpg.de/lingua/resources/glossing-rules.php>

não há padronização dos significados dos termos nelas sugerido (ver Bond, 2010: 251).¹²

Mas, embora termos gerais sejam convenientes para categorias específicas das línguas, há uma clara diferença entre conceitos da linguística geral (ver seção 6) e classes específicas das línguas; portanto, quando desejamos ser precisos, podemos usar a convenção de Comrie (1976) de grafar termos específicos do idioma em caixa alta (ver também Croft 2001; Haspelmath 2010b, seção 5). Acima, usei os termos “Substantivo do inglês” e “tempo Futuro do inglês”, com letras maiúsculas, porque essas classes são diferentes dos conceitos gerais “substantivo” e “tempo futuro”, que são definidos puramente de modo semântico.¹³ O contexto muitas vezes deixa claro se estamos falando de conceitos gerais ou de classes específicas de uma língua, portanto essa convenção não precisa ser aplicada com rigidez. Contudo, é útil ter ciência disso, uma vez que é fácil confundir-se em alguns contextos. Linguistas frequentemente mesclam contextos específicos da língua e contextos comparativos, de modo que é útil ter uma maneira de distinguir os dois significados. Por exemplo, um linguista pode dizer que “substantivos com significado plural raramente apresentam um sufixo plural em mandarim, mas quase sempre apresentam um sufixo plural em inglês”. Nesse contexto, fica claro que o termo “substantivo” é usado no sentido geral, e não no sentido de uma língua específica, por mais que o termo seja aplicado a duas línguas diferentes. Porém, esse uso simultâneo do termo “substantivo” para duas línguas indica que ele foi definido de uma maneira geral (ver nota de rodapé nº 13), e não específica à língua. Esses usos mistos de termos gramaticais podem causar confusão, o que é agravado pelo fato problemático de que vários linguistas pressupõem a existência de elementos fundamentais inatos, muitas vezes de maneira implícita (como observado na seção anterior).

Por mais que frequentemente os rótulos adequados estejam disponíveis, esse nem sempre é o caso. Nessas ocasiões, os descritores devem sentir-se à vontade para criar um novo rótulo. Com frequência os linguistas têm relutância em cunhar novos termos, mas não há uma boa razão para isso. As línguas são muito diversas e não se pode presumir que tudo o que encontramos em uma língua seja suficientemente

¹² Para uma proposta de padronização dos significados de termos gramaticais, ver Haspelmath (2021a).

¹³ De uma perspectiva interlinguística, uma melhor definição de substantivo de fato é uma raiz que denota uma coisa (em vez de uma ação ou propriedade), conforme discutido em Haspelmath (2021b).

semelhante a algo que foi descrito anteriormente. Além disso, não existe uma maneira clara de verificar se as semelhanças são “suficientes”.

Devemos lembrar sempre de que um rótulo nada mais é do que um dispositivo prático, e de que as categorias específicas de uma língua nunca são exaustivamente caracterizadas por ele. Em sua pesquisa sobre a relação entre descrição e tipologia, Bond (2010: 252) enfatiza esse ponto:

a angústia de encontrar um rótulo adequado para uma categoria é, em muitos aspectos, dispensável. Essencialmente, isso ocorre porque atribuir um rótulo a uma categoria não a descreve: as variáveis que são importantes para a comparação interlinguística são, na verdade, muito mais refinadas do que os rótulos de categoria convencionalmente indicam.

Neste ponto, faz-se relevante salientar outra consideração: já que atribuir um rótulo não é o mesmo que descrever o fenômeno, uma descrição gramatical que cita um trabalho tipológico ao apresentar um fenômeno específico da língua não atende qualquer propósito. Por exemplo, quando Berghäll (2015: 297) apresenta advérbios de mauwake (uma língua da Papua Nova Guiné), a autora cita a definição de Schachter (1985) de advérbios (“palavras que funcionam como modificadores de constituintes que não sejam substantivos”); mas isso não nos informa nada específico sobre os advérbios de mauwake, e o autor da gramática não tem a responsabilidade de instruir os leitores que não sabem como o termo “advérbio” é geralmente usado.

Infelizmente, a distinção crucial (e amplamente reconhecida) entre conceitos gerais (comparativos) e categorias únicas específicas de uma língua por vezes é confundida com o suposto posicionamento (não defendido por ninguém, até onde eu saiba) de que a descrição das línguas deve ser completamente alheia à comparação. Lehmann (2018, seção 1.1) afirma que:

Dado que pelo menos alguns dos elementos e categorias linguísticos de uma língua são distintos daqueles de qualquer outra língua, frequentemente afirma-se que as línguas devem ser descritas em seus próprios termos, o que sugere que os conceitos utilizados na descrição de uma língua são inúteis na descrição de outra. Essa é uma falácia *non sequitur*.

Lehmann está obviamente correto ao propor que as semelhanças entre línguas são “úteis”, mas são úteis principalmente pela possibilidade que temos de usar os mesmos termos para categorias muito semelhantes em línguas diferentes (para fins de transparência), e não porque o uso desses termos pode substituir a análise

específica à língua. Portanto, nesse trecho, ele descaracteriza o imperativo boasiano.¹⁴ O imperativo boasiano não afirma que é necessária uma terminologia diferente para cada língua ou que os descritores não devem se inspirar no que é conhecido sobre outras línguas (como veremos na seção 4).

4. A comparação é valiosa para propor perguntas

Além de ser valioso para realizar descrições transparentes (e facilmente comparáveis), o conhecimento dos resultados da linguística comparativa também é valioso para fins heurísticos. Como observa Himmelmann (2016: 475), “a tipologia é particularmente útil para a descrição de línguas, pois informa os pesquisadores sobre a diversidade de estruturas linguísticas possíveis e fornece exemplos de fenômenos que podem ser úteis na análise de uma determinada língua”. Por exemplo, em diversas línguas, os nomes de pessoas podem receber marcação plural com uma interpretação associativa, como em (3).

- (3) Húngaro (Moravcsik, 2003: 469)
Péter-ék
Peter-ASS.PL¹⁵
‘Peter and his family or friends or associates’ [Peter e sua família, ou amigos, ou companheiros]

Inglês, espanhol, alemão e russo não permitem esse tipo de uso de sufixos plurais, portanto plurais associativos não são amplamente discutidos na literatura, e sem um curso de gramática comparativa (ou sem a leitura dos três volumes editados por Shopen, 2007), potenciais descritores de línguas podem desconhecer essa possibilidade e ignorar o fenômeno em sua língua. Por esse motivo, quanto mais

¹⁴ Ver também Himmelmann (2016: 475), que descaracteriza o imperativo boasiano quando o descreve como uma concepção “da descrição da língua como um esforço completamente separado da [...] investigação tipológica”. A descrição e a tipologia das línguas estão intimamente conectadas na prática, mas são conceitualmente distintas na teoria (ver também minha discussão sobre as críticas de Himmelmann nesta publicação de blog: <https://dlc.hypotheses.org/953>). Devo também observar aqui que este artigo foi parcialmente inspirado nas interessantes observações críticas de Himmelmann (2019).

¹⁵ N. do T.: As siglas correspondem a: ASS – caso associativo; PL – plural.

conhecemos fenômenos diversos de outras línguas, melhor estaremos capacitados para fazer perguntas adicionais sobre uma nova língua.

Um exemplo muito concreto no qual a utilidade das considerações comparativas gerais é reconhecida por vários descritores é seu papel no fornecimento de questionários e materiais de estímulo. Bond (2010: 250) relata que:

Talvez as ferramentas mais tangíveis que os tipologistas criam para linguistas de campo sejam os questionários e os materiais de estímulo. Os questionários são muito úteis para a pesquisa linguística, mas os materiais de estímulo são particularmente importantes para a documentação linguística porque eliminam alguns dos preconceitos linguísticos introduzidos pelos questionários.

Um volume recente da revista *Language Documentation and Conservation*, editado por Lahaussois e Vuillermet (2019), reúne uma série de artigos sobre questionários e recursos semelhantes.¹⁶

Mas o conhecimento da diversidade mundial também é importante para os descritores de línguas porque, de outra maneira, poderiam involuntariamente transferir as categorias de sua própria língua para a língua que descrevem. Como afirma Mosel (2012: 74), “quanto mais os investigadores conhecerem a diversidade estrutural das línguas do mundo, melhor compreenderão a estrutura da língua alvo e menos serão inconscientemente influenciados pela língua de contato ou por sua língua nativa”.

Um ponto estreitamente relacionado é apontado por Rice (2006), embora ela utilize o termo “teoria linguística” para se referir ao que chamo aqui de linguística comparativa. Ela relata como as discussões sobre construções de anteposição de palavras interrogativas em inglês (de acordo com o influente artigo de 1977 de Chomsky) influenciaram seu trabalho sobre a língua atabascana slavey (Rice, 1989). Inspirada pelas extensas discussões sobre as restrições da anteposição em inglês (por exemplo, a impossibilidade de **What₁ do you believe the story that Mary bought Ø₁?* [O que₁ você acredita a história que Mary comprou Ø₁?]), Rice conseguiu investigar aspectos do slavey que, de outra maneira, não teria considerado. Do mesmo modo, Himmelmann (2016: 476) observa corretamente que “controvérsias de

¹⁶ Ver também a coleção de recursos disponíveis em <https://www.eva.mpg.de/lingua/tools-atlingboard/tools.php>. Parece que esses questionários foram desenvolvidos pela primeira vez pelo Grupo Tipológico de Leningrado (por exemplo, Nedjalkov e Jaxontov (eds.) (1988) e por Dahl (1985).

categoria, como o incessante debate sobre a aplicabilidade e utilidade do conceito de ‘sujeito’ na comparação interlinguística, são imensamente frutíferas e produtivas [...]”

Contudo, novamente, essas considerações são metodológicas, e não teóricas, no sentido estrito. Não há qualquer argumento teórico em prol da relevância da comparação com outras línguas para a descrição de uma língua. Conhecer outras línguas é, frequentemente, uma fonte de inspiração, mas nunca é um fator decisivo. Podemos aprender com as perguntas feitas por nossos colegas acerca de outras línguas, mas nunca podemos adotar suas soluções de maneira integral, visto que cada língua tem suas próprias categorias que só podem ser justificadas nos termos específicos dessa língua.¹⁷

5. Estruturas de apoio *versus* quadros teóricos de referência

Como vimos na seção 2, a tarefa teórica da linguística-p (ou seja, o estudo de línguas particulares) é encontrar elementos estruturais adequados (classes, categorias, regras, conjuntos de regras) que possibilitem ao linguista descrever a língua de maneira correta e abrangente. Podemos dizer que os elementos centrais dessas descrições oferecem um quadro teórico de referência para a língua; esse quadro pode então ser preenchido com material adicional na medida em que mais detalhes são incluídos. Por exemplo, em uma descrição do russo, é possível começar com a discussão das classes Substantivo, Adjetivo e Verbo, e com as várias classes de flexão e categorias flexionais, já que elas ocorrem em todas as frases e têm o potencial de causar as maiores dificuldades. Podemos dizer, portanto, que elas oferecem uma espécie de quadro estrutural para a construção gramatical. A metáfora do “quadro” combina perfeitamente com as metáforas de “estruturas” e “elementos fundamentais”, no sentido de que a língua como um todo é comparada a uma grande construção.

No entanto, a palavra “quadro” é geralmente usada de maneira distinta pelos linguistas: ela não é aplicada aos elementos estruturais mais importantes de uma

¹⁷ Somente podemos levantar a hipótese de que duas línguas têm as mesmas categorias se considerarmos um conjunto fechado de categorias inatas de gramática universal. Em grande medida, não trato dessa possibilidade (discutida brevemente na seção 2) neste artigo (já a discuti detalhadamente em outras ocasiões, por exemplo, em Haspelmath 2019; ver também Bickel (2015, seção 2) sobre a distinção entre metalínguas e explicações em termos de categorias inatas).

língua específica, mas é usada em referência a “quadros gerais” que consistem em elementos fundamentais universais que supostamente compõem o modelo inato para gramáticas. Contudo, como apontei na seção 2, a existência desses elementos fundamentais inatos é um tanto especulativa e, na prática, não é possível usá-los na descrição de línguas. Em Haspelmath (2010a), eu discuti mais a fundo a noção de um “quadro geral” e argumentei que as línguas devem ser descritas em seus próprios termos. Dando continuidade à metáfora da construção, podemos dizer que cada língua tem seu próprio quadro. Os elementos fundamentais no nível da fundação e a fachada não são as únicas diferenças entre as línguas, até mesmo os elementos estruturais mais básicos podem diferir. Por exemplo, Krifka (1995) argumenta que o inglês e o chinês diferem significativamente nas estruturas e significados de seus nomes, e podemos até imaginar que algumas línguas podem apresentar uma distinção entre sintaxe e morfologia, ao passo que outras tenham palavras muito complexas e “polissintéticas” enquanto carecem de sintaxe e outras ainda (“línguas isolantes”) que não apresentem nada além de sintaxe.

Portanto, as línguas diferem em seus menores elementos fundamentais e em seus quadros estruturais, e a linguística teórica não pode se valer de sua universalidade (pelo menos até o momento). No entanto, vimos, nas duas seções anteriores, que o conhecimento das línguas do mundo é muito útil para descritores de línguas, para fins de transparência na descrição (seção 3) e como fonte de inspiração (seção 4). Logo, a comparação é útil em termos práticos e, usando ainda nossa metáfora da construção, podemos comparar o uso da tipologia para descrição ao uso de andaimes (estruturas de apoio) em uma obra. Sem um andaime, pedreiros não conseguem erguer uma casa, mas o andaime em si não determina o quadro estrutural, os elementos fundamentais ou a fachada. Um andaime tem uma grande utilidade prática, mas, assim que a edificação é finalizada, ele é removido e deixa de ser necessário.

Sendo assim, podemos comparar questionários do tipo discutido em Lahaussais e Vuillermet (2019) com andaimes: um pesquisador usa esses questionários para fazer diversas perguntas sobre uma língua, mas os questionários

não desempenham nenhum papel na descrição gramatical resultante.¹⁸ Poderíamos usar essa noção como uma máxima: a descrição gramatical deve basear-se em estruturas de apoio, mas manter-se livre de quadros teóricos de referência.

6. Expressando semelhanças entre sistemas estruturalmente diferentes

Nas duas seções anteriores, vimos de que maneira a pesquisa gramatical comparativa é valiosa para a descrição de uma língua, embora a descrição de cada língua só possa ser justificada por suas considerações internas.

Nesta seção, recapitularei brevemente como é possível comparar línguas com rigor, ou seja, não apenas guiando-se por impressões ou subjetividade, na ausência de um conjunto fechado de elementos fundamentais inatos que compõem todas as línguas. A utilização generalizada (e útil, ver seção 3) dos mesmos termos aplicados a diferentes categorias de diferentes línguas propicia o risco de uma concepção equivocada: de que esses termos se referem a elementos fundamentais estruturais compartilhados entre as línguas. Como vimos, esse não é o caso — esses termos se referem a categorias estruturalmente distintas que são semelhantes o bastante para receber os mesmos nomes.

Então, como podemos comparar línguas, se elas são compostas por elementos fundamentais únicos e específicos de cada uma? A resposta é que não devemos compará-las em termos de elementos fundamentais, mas por meio de conceitos comparativos (Haspelmath 2010b; 2018). Por exemplo, podemos comparar as palavras *apples*, *píngguő*, *jabloka* e *tapuħim* em (1)–(2) porque todas elas denotam coisas (e são, portanto, substantivos no sentido comparativo, nota de rodapé nº 13) de um tipo específico; podemos comparar as palavras *three*, *sān-ge*, *tri* e *shlosha*

¹⁸ Por esse motivo, as gramáticas baseadas no questionário de Comrie e Smith (1977) (por exemplo, Hewitt (1979) sobre o abczázio e Kornfilt (1997) sobre o turco) são mais úteis aos tipologistas que desejam encontrar informações do que aos leitores cujo principal interesse é a língua. Para compreender os detalhes de uma gramática, os leitores precisam primeiro compreender o “quadro estrutural” básico específico da língua, ou seja, as principais categorias de sua gramática em torno das quais a descrição é organizada. Lehmann (1989, seção 3.2) percebeu essa tensão há tempo, quando apontou que o questionário de Comrie e Smith deve basear-se em noções funcionais, mas que, em uma descrição abrangente, “uma abordagem puramente voltada à função da forma inevitavelmente causa a consequência de que os diferentes usos de uma forma polissêmica ou multifuncional estão dispersos pelos vários capítulos. Por exemplo, em uma descrição do inglês, o verbo *to be* [ser/estar] teria que ser tratado no capítulo 1.2 (estrutura oracional, especificamente orações de cópula), 1.10 (possessivo), 1.11 (ênfase, especificamente clivagem), 2.1.3 (morfologia verbal).”

porque são todas numerais de uma cardinalidade¹⁹ específica, e assim por diante. A comparação também é possível quando o mapeamento é menos direto, por exemplo, por meio de questionários de tradução (por exemplo, Dahl 1985) ou textos paralelos (por exemplo, Cysouw e Wälchli 2007). Em um estudo de textos paralelos baseado em textos bíblicos, o conceito comparativo mínimo é o versículo bíblico. Portanto, os conceitos comparativos diferem imensamente das classes ou categorias gramaticais e, por esse motivo, refiro-me a eles como “conceitos” (não como “categorias comparativas”) (Haspelmath 2018: 2).

Os conceitos comparativos morfossintáticos são, portanto, definidos pela substância semântica, e os conceitos comparativos fonológicos são definidos pela substância fonética (também podemos interpretar que a ordem das palavras se baseia na pronúncia, pois isso é facilmente observável). Geralmente, os conceitos comparativos são baseados em substâncias, ao passo que as categorias específicas da língua são baseadas em distribuições estruturais.

O rigor metodológico da comparação surge ao especificar o mapeamento entre os conceitos comparativos e a categoria específica da língua de uma maneira precisa que é exatamente a mesma em todas as línguas. Não é admissível utilizar critérios diferentes para línguas diferentes; isso acarretaria o tipo de escolha seletiva ou confirmação enviesada de diagnóstico que Croft (2009, 2010) chamou de “oportunismo metodológico”. Isso também significa que o tipo de “análises aprofundadas” que são frequentemente enfatizadas na gramática gerativa e que se baseiam em diversas considerações específicas da língua não podem desempenhar um papel na comparação rigorosa conforme a discutimos aqui (Haspelmath 2019). Alguns linguistas acreditam que a comparação em grande escala, como nos mapas mundiais do *WALS* (Haspelmath *et al.* 2005; Dryer e Haspelmath 2013), é “superficial” e não muito reveladora, mas, na verdade, essa é a única maneira de comparar línguas com suas características estruturalmente únicas de modo sistemático e objetivo. A abordagem não é diferente de outras comparações

¹⁹ No caso de *sān-ge*, é possível questionar se estamos lidando com uma única palavra ou com duas palavras. Então, estritamente falando, devemos comparar raízes (*sān* em mandarim, *tr'* em russo, *shlosh-* em hebraico). “Palavra” não funciona como um conceito comparativo em uma comparação rigorosa (Haspelmath 2011).

interculturais praticadas na antropologia e na psicologia intercultural (por exemplo, Ember e Ember 1998; Slingerland *et al.* 2020).

7. Conclusão

Compreender a relação entre a descrição de línguas e a comparação interlinguística é simultaneamente fácil e difícil.

É fácil porque, há tempo, reconhece-se amplamente que as categorias morfosintáticas específicas da língua são identificadas por critérios distribucionais, e não por critérios semânticos (seção 2), e que as categorias semânticas e fonológicas são definidas por contrastes internos do sistema, e não por sua substância. Essas categorias são definidas de uma maneira específica à língua, e o que se constata em outras línguas é irrelevante. Por outro lado, os conceitos gerais aplicáveis de maneira interlinguística devem ser de outra natureza, já que as línguas são frequentemente não isomórficas. As línguas são obviamente semelhantes fonética e semanticamente, mas, devido à singularidade estrutural de cada língua, as semelhanças interlinguísticas devem ser apreendidas por conceitos definidos pela substância fonética e semântica, e não por distribuições.

Mas é, ao mesmo tempo, difícil compreender a relação entre descrição e comparação, visto que o hábito de usar os mesmos termos em línguas diferentes está muito arraigado e é fácil confundir afirmações sobre uma língua específica com afirmações gerais. Por exemplo, a pergunta “Sua língua possui classificadores numéricos?” é necessariamente de ordem comparativa geral, enquanto uma afirmação como “O mandarim requer um Classificador Numérico após numerais cardinais, como *sān*” é particular da língua e, portanto, de outra natureza (exigindo a categoria classificada distribucionalmente definida, não um conceito comparativo “classificador numeral”, que é definido pela substância semântica ou fonética).

A dificuldade é agravada pelas conhecidas afirmações de linguistas que seguem a tradição chomskyana (ou bakeriana) de que existe um pequeno conjunto de elementos fundamentais universais do modelo gramatical inato, do qual todas as línguas são compostas. Essas afirmações são coerentes, mas até o momento seu valor prático não é claro.

Neste artigo, tentei demonstrar que a relação incontrovertidamente íntima entre categorias específicas de línguas e informações comparativas sobre as línguas do mundo é de tipo metodológico: para fins de transparência da descrição (seção 3) e como fonte de inspiração (seção 4 e 5), os descritores de línguas são aconselhados a adquirir amplo conhecimento tipológico. Mas, para justificar cada uma das categorias que estabelecem, devem basear-se exclusivamente em critérios internos à língua (seção 2). Como entidades teóricas, as categorias específicas da língua são independentes de qualquer comparação. Quando os antigos gramáticos gregos e indianos descreveram suas línguas, não tinham nenhum conhecimento comparativo, mas, mesmo assim, foram capazes de descrever o grego e o sânscrito, respectivamente, de maneira adequada. A comparação é muito valiosa para a descrição, mas não é teoricamente necessária, uma vez que os sistemas linguísticos são estruturalmente únicos.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a um parecerista do periódico *Asian Languages and Linguistics* pelos comentários úteis e pelos diversos comentários úteis que recebi na *Academia.edu* — sou muito grato, em particular, a Peter Arkadiev, Willem de Reuse, Eitan Grossman, Ryan Ka Yau Lai, Alessio Muro e Adam Tallman. Agradeço pelo apoio do Conselho europeu de pesquisa (*ERC Advanced Grant 670985, Grammatical Universals*).

Referências Bibliográficas

AIKHENVALD, Alexandra Y. *The art of grammar: A practical guide*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

BAKER, Mark C. *The atoms of language*. United States: Basic Books, 2001.

BERGHÄLL, Liisa. *A grammar of Mauwake* (Studies in Diversity Linguistics 4). Berlin: Language Science Press, 2015. Disponível em: https://doi.org/10.26530/OAPEN_603339

BICKEL, Balthasar. Distributional Typology. In: NARROG, Heiko; HEINE, Bernd (eds.). *The Oxford handbook of linguistic analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199677078.013.0046>

BOAS, Franz. The limitations of the comparative method of anthropology. *Science*, Cambridge, v. 4, n. 103, p. 901–908, 1896.

BOAS, Franz. Introduction. In: BOAS, Franz. *Handbook of American Indian Languages*. United States: Bureau of American Ethnology, 1911. p. 1-83.

BOCHNAK, M. Ryan; MATTHEWSON, Lisa (eds.). *Methodologies in semantic fieldwork*. Oxford: Oxford University Press, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190212339.001.0001>

BOND, Oliver. Language documentation and language typology. *Language Documentation and Description*, Charlottesville, v. 7, p. 238–261, 2010.

CANDEA, Matei. *Comparison in anthropology: The impossible method* (New Departures in Anthropology). Cambridge: Cambridge University Press, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/9781108667609>

CHOMSKY, Noam A. On wh-movement. In: AKMAJIAN, Adrian; CULICOVER, Peter W.; WASOW, Thomas (eds.). *Formal syntax*. New York: Academic Press, 1977. p. 71–132.

COMRIE, Bernard; SMITH, Norval. *Lingua descriptive studies: Questionnaire*. *Lingua*, Amsterdam, v. 42, n. 1, p. 1-72, 1977. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0024-3841\(77\)90063-8](https://doi.org/10.1016/0024-3841(77)90063-8)

COMRIE, Bernard. *Aspect: An introduction to the study of verbal aspect and related problems*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CROFT, William. *Syntactic categories and grammatical relations: The cognitive organization of information*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CROFT, William. *Radical construction grammar: Syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780198299554.001.0001>

CROFT, William. Methods for finding universals in syntax. In: SCALISE, Sergio; MAGNI, Elisabetta; BISETTO, Antonietta (eds.). *Universals of language today*. United States: Springer, 2009. p. 145–164. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-1-4020-8825-4_8

CROFT, William. Ten unwarranted assumptions in syntactic argumentation. In: BOYE, Kasper; ENGBERG-PEDERSEN, Elisabeth (eds.). *Language usage and language structure*. The Hague: De Gruyter Mouton, 2010. p. 313–350.

CYSOUW, Michael; WÄLCHLI, Bernhard. Parallel texts: Using translational equivalents in linguistic typology. *STUF-Sprachtypologie und Universalienforschung*, Berlin, v. 60, n. 2, p. 95-99. 2007.

DAHL, Östen. *Tense and aspect systems*. Oxford: Blackwell, 1985.

DAVIS, Henry; GILLON, Carrie; MATTHEWSON, Lisa. How to investigate linguistic diversity: Lessons from the Pacific Northwest. *Language*, Washington, DC, v. 90, n. 4, e180–e226, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lan.2014.0076>

DRYER, Matthew S.; HASPELMATH, Martin (eds.). *WALS Online*. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <https://wals.info/>

DRYER, Matthew S. Are grammatical relations universal? In: BYBEE, Joan L.; HAIMAN, John; THOMPSON, Sandra A. (eds.). *Essays on language function and language type*: Dedicated to T. Givón,. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p. 115–143. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/z.82.09dry>

DRYER, Matthew S. Descriptive theories, explanatory theories, and basic linguistic theory. In: AMEKA, Felix K.; DENCH, Alan; EVANS, Nicholas (eds.). *Catching language*: The standing challenge of grammar writing. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 207–234.

EMBER, Carol R.; EMBER, Melvin. Cross-cultural research. In: Bernard, H. Russell (ed.). *Handbook of methods in cultural anthropology*. Lanham: AltaMira Press, 1998. p. 647–687.

EPPS, Patience L.; WEBSTER, Anthony K.; WOODBURY, Anthony C. A holistic humanities of speaking: Franz Boas and the continuing centrality of texts. *International Journal of American Linguistics*, Chicago, v. 83, n. 1, p. 41–78, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/689547>

EPPS, Patience. Linguistic typology and language documentation. In: SONG, Jae Jung (ed.). *The Oxford handbook of linguistic typology*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 634–649.

GIL, David. Escaping Eurocentrism: Fieldwork as a process of unlearning. In: NEWMAN, Paul; RATLIFF, Martha (eds.). *Linguistic fieldwork*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 102–132. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511810206.006>

GIPPERT, Jost; HIMMELMANN, Nikolaus; MOSEL, Ulrike (eds.). *Essentials of language documentation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110197730>

GODDARD, Cliff; WIERZBICKA, Anna (eds.). *Meaning and universal grammar*: Theory and empirical findings. 2 volumes. Amsterdam: John Benjamins, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/slcs.61>

HALLE, Morris. *The sound pattern of Russian*. The Hague: De Gruyter Mouton, 1959.

HANKS, William F.; SEVERI, Carlo. Translating worlds: The epistemological space of translation. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, London, v. 4, n. 2, p. 1–16, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.14318/hau4.2.001>

HASPELMATH, Martin; DRYER, Matthew; GIL, David; COMRIE, Bernard (eds.). *The world atlas of language structures*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HASPELMATH, Martin. Pre-established categories don't exist: Consequences for language description and typology. *Linguistic Typology*, Berlin, v. 11, n. 1, p. 119–132, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/LINGTY.2007.011>

HASPELMATH, Martin. Framework-free grammatical theory. In: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2010a. p. 341–365.

HASPELMATH, Martin. Comparative concepts and descriptive categories in crosslinguistic studies. *Language*, Washington, DC, v. 86, n. 3, p. 663–687, 2010b. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/lan.2010.0021>

HASPELMATH, Martin. The indeterminacy of word segmentation and the nature of morphology and syntax. *Folia Linguistica*, Berlin, v. 45, n. 1, p. 31–80, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/flin.2011.002>

HASPELMATH, Martin. How comparative concepts and descriptive linguistic categories are different. In: VAN OLMEN, Daniël; MORTELMANS, Tanja; BRISARD, Frank (eds.). *Aspects of linguistic variation: Studies in honor of Johan van der Auwera*. Berlin: De Gruyter Mouton, 2018. Disponível em: <https://zenodo.org/record/3519206>

Haspelmath, Martin. Ergativity and depth of analysis. *Rhema*, Russia, v. 4, p. 108–130, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.31862/2500-2953-2019-4-108-130>

HASPELMATH, Martin. Towards standardization of morphosyntactic terminology for general linguistics. In: ALFIERI, Luca; ARCODIA, Giorgio; RAMAT, Paolo (eds.). *Linguistic categories, language description and linguistic typology*. Amsterdam: John Benjamins, 2021a.

Haspelmath, Martin. Word class universals and language-particular analysis. 2021b. No prelo.

HEWITT, Brian George. *Abkhaz*. Amsterdam: North Holland, 1979.

HIMMELMANN, Nikolaus P. Documentary and descriptive linguistics. *Linguistics*, Berlin, v. 36, p. 161–196, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/ling.1998.36.1.161>

HIMMELMANN, Nikolaus P. What about typology is useful for language documentation? *Linguistic Typology*, Berlin, v. 20, n. 3, p. 473–478, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/lingty-2016-0020>

HIMMELMANN, Nikolaus. Against trivializing language description and comparison. Paper presented at the Biennial Conference of the Association for Linguistic Typology, Pavia, 2019.

Kornfilt, Jaklin. *Turkish*. United Kingdom: Routledge, 1997.

Krifka, Manfred. Common nouns: A contrastive analysis of Chinese and English. In: CARLSON, Gregory N.; PELLETIER, Francis Jeffry (eds.). *The generic book*. vol. 398. Chicago: The University of Chicago Press, 1995. p. 398–411.

LAHAUSSOIS, Aimée; VUILLERMET, Marine. *Methodological tools for linguistic description and typology* (Language Documentation & Conservation Special Publication 16). Hawaii: University of Hawai'i Press, 2019.

LAPOLLA, Randy J.; POA, Dory. On describing word order. In: AMEKA, Felix K.; DENCH, Alan; EVANS, Nicholas (eds.). *Catching language: The standing challenge of grammar writing*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 269–295.

LaPolla, Randy J. Forward to the past: Modernizing linguistic typology by returning to its roots. *Asian Languages and Linguistics*, Berlin, v. 1, n. 1, p. 147–167, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/alal.00005.lap>

LASS, Roger. Vowel system universals and typology: Prologue to theory. *Phonology*, Cambridge, v. 1, p. 75–111, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0952675700000300>

LEHMANN, Christian. Language description and general comparative grammar. In: GRAUSTEIN, Gottfried; LEITNER, Gerhard (eds.). *Reference grammars and modern linguistic theory* (Linguistische Arbeiten 226). Tübingen: Niemeyer, 1989. p. 133–162. Disponível em: http://www.christianlehmann.eu/publ/lg_descr.pdf%20

LEHMANN, Christian. Linguistic concepts and categories in language description and comparison. In: CHINI, Marina; CUZZOLIN, Pierluigi (eds.). *Typology, acquisition, grammaticalization studies*. Italia: Franco Angeli, 2018. p. 27–50. Disponível em: https://www.christianlehmann.eu/publ/lehmann_ling_concepts_categories.pdf

LYONS, John. *Introduction to theoretical linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1968. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139165570>

MITHUN, Marianne. Who shapes the record: The speaker and the linguist. In: NEWMAN, Paul; RATLIFF, Martha (eds.). *Linguistic fieldwork*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 34–54. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511810206.003>

MORAVCSIK, Edith A. A semantic analysis of associative plurals. *Studies in Language*, Amsterdam, v. 27, n. 3, p. 469–503, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/sl.27.3.02mor>

MOSEL, Ulrike. Morphosyntactic analysis in the field: A guide to the guides. In: THIEBERGER, Nicholas (ed.). *The Oxford handbook of Linguistic fieldwork*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 72–89.

MURO, Alessio. Lost in translation between typologically different grammars. In: MIOLA, Emanuele; RAMAT, Paolo (eds.). *Language across languages: New perspectives on translations*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2015. p. 35–38.

NEDJALKOV, Vladimir P.; JAXONTOV, Sergei J. (eds.). *The typology of resultative constructions*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1075/tsl.12>

PLUNGIAN, Vladimir A. *Vvedenie v grammatičeskiju semantiku: Grammatičeskie značenija i grammatičeskie sistemy jazykov mira*. Moscow: RGGU, 2011.

RICE, Keren. *A grammar of Slave* (Mouton Grammar Library 5). The Hague: Mouton de Gruyter, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/9783110861822>

RICE, Keren. Let the language tell its story? The role of linguistic theory in writing grammars. In: AMEKA, Felix K.; DENCH, Alan; EVANS, Nicholas (eds.). *Catching language: The standing challenge of grammar writing*. The Hague: Mouton de Gruyter, 2006. p. 235–268.

SCHACHTER, Paul. Parts-of-speech systems. In: SHOPEN, Timothy (ed.). *Language typology and syntactic description*. vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3–61.

SHOPEN, Timothy (ed.). *Language typology and syntactic description*. 3 volumes. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

SHOPEN, Timothy (ed.). *Language typology and syntactic description*. 3 volumes. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

Simpson, Adrian P. Fundamental problems in comparative phonetics and phonology: Does UPSID help to solve them? In: INTERNATIONAL CONGRESS OF PHONETIC SCIENCES, 14. *Proceedings* [...]. vol. 1, p. 349–352, 1999.

SLINGERLAND, Edward; ATKINSON, QUENTIN D.; EMBER, Carol R.; SHEEHAN, Oliver; MUTHUKRISHNA, Michael; BULBULIA, Joseph; GRAY, Russell D. Coding culture: challenges and recommendations for comparative cultural databases. *Evolutionary human sciences*, Cambridge, v. 2, e29, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/ehs.2020.30>

TALLERMAN, Maggie. *Understanding syntax*. London: Arnold, 1998.

TRUBETZKOY, Nikolaus. *Grundzüge der Phonologie* (Travaux du Cercle Linguistique de Prague 7). Prague: Cercle Linguistique de Prague, 1939.